

CRISE DA HEGEMONIA AMERICANA E DA GLOBALIZAÇÃO: MUDANÇA OU CONTINUIDADE?¹

THE CRISIS OF AMERICAN HEGEMONY AND GLOBALIZATION: CHANGE OR CONTINUITY?

Stefano José Caetano da Silveira²

RESUMO

A proposta deste artigo foi apresentar uma análise da crise da hegemonia americana e da globalização, abordando a possibilidade da perda desta condição pelos Estados Unidos. Diante deste cenário, foi debatida também a hipótese de passagem do centro hegemônico mundial para a Ásia oriental, mais precisamente para China, em virtude do acirramento da crise atual. Além disso, foi objeto de estudo o fracasso do projeto neoconservador imperial norte-americano, bem como a tentativa de manutenção da condição hegemônica mundial, após a deflagração do quadro recessivo presente, tanto pela administração anterior, quanto pela atual equipe da Casa Branca. Para tanto, efetuou-se uma breve revisão da bibliografia existente sobre o tema, abordando os estudos pertinentes ao mesmo. Com base nesse arcabouço teórico, buscou-se definir qual das duas possibilidades é mais provável que venha a se consolidar: a manutenção hegemônica dos Estados Unidos, ou a ascensão da China a esta condição.

PALAVRAS-CHAVE

Hegemonia; Globalização; Estados Unidos; China; Imperialismo

ABSTRACT

The purpose of this paper was to present an analysis of the crisis of American hegemony and globalization, addressing the possibility of loss of this condition by the United States. In this scenario, was discussed also the possibility of passage of the hegemonic world center for eastern Asia, specifically to China,

¹ Agradeço os comentários e sugestões do Economista, Mestre em Agronegócios e Doutorando em Planejamento Energético da COPPE/UFRJ, Professor Régis Rathmann. Entretanto, os erros e imperfeições porventura encontrados são de minha inteira responsabilidade.

² Economista, Mestre em Economia do Desenvolvimento (PPGE-UFRGS), Professor do Departamento de Economia do Centro Universitário Lasalle e Analista de Mercado da Procergs; stefano-silveira@procergs.rs.gov.br

especially with the worsening of the current crisis. Furthermore, the object of study was the failure of neoconservative imperial project the U.S. as well as the attempt to maintain the condition hegemonic world, after the outbreak of the table this recessive, both by the previous administration, the current team as the White House. Thus, it made a brief review of the literature on the subject, addressing, in their works, studies relevant to it. Based on this theoretical framework, we attempted to define which of the two possibilities is more likely to be consolidated: the maintenance of the hegemonic United States, or the rise of China to this condition.

KEY-WORDS

Hegemony; Globalization; United States; China; Imperialism.

Introdução

Diante do atual cenário mundial, onde diversas nações ainda sofrem impactos da crise oriunda dos contratos *subprime* dos Estados Unidos – precursor, ao lado da Inglaterra, das políticas liberais dos últimos 30 anos, batizadas de revolução conservadora³ – aliada ao ressurgimento econômico e político da Ásia Oriental que, após o Japão, tem a China como centro dinâmico, surgem defensores da ideia da possibilidade de perda da condição hegemônica⁴ mundial norte-americana. Nesse particular, deve-se levar em consideração a mudança ocorrida na China, nas últimas décadas, que caminha a passos largos para se tornar uma economia de mercado – já reconhecida como tal por diversas nações ao redor do globo, entre elas o Brasil –, que acumula riqueza baseada em desenvolvimento tecnológico e econômico, como o Reino Unido e os Estados Unidos dos séculos XIX e XX, respectivamente (ARRIGHI, 2007). Além disso, mesmo diante do ainda cenário recessivo global, o país vermelho lidera o quadro de crescimento mundial, tendo apresentado em 2009 uma expansão de 8,7% em seu Produto Interno Bruto (PIB), superando os demais países componentes do chamado BRIC⁵, dado os PIB's indiano e russo marcarem 6,1% e -7,9% no ano passado, respectivamente, enquanto o produto brasileiro caiu 0,2% no mesmo período (IPEADATA, 2010; EDITORA ABRIL, 11 março 2010).

³ A revolução conservadora, segundo Chesnais (2005, p. 56), pretendia: "... colocar o poder e a riqueza tão plenamente quanto possível nas mãos da fração superior das classes capitalistas e das instituições onde se concentra sua capacidade de ação".

⁴ A diferença entre hegemonia e imperialismo é que enquanto na primeira a dominação é consentida, no imperialismo a mesma se dá de forma imposta (ARRIGHI, 2007).

⁵ Sigla que engloba as quatro maiores economias emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China.

Sendo o capitalismo um sistema cíclico, onde períodos de expansão e depressão econômicos estão inseridos em seu contexto, a capacidade política, militar e econômica de uma nação é que irá assegurar, diante desta realidade, as condições para a acumulação de capital e para o crescimento sustentado ou para o combate à referida depressão (ARRIGHI, 2007). Dessa maneira, segundo a teoria keynesiana⁶, políticas anticíclicas devem ser executadas, inclusive com a política fiscal atuando em conjunto com a política monetária e, em determinados momentos, como protagonista da política econômica. Isto vem ocorrendo atualmente nos Estados Unidos, mesmo que em desacordo com os princípios liberais, onde o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano na sigla em inglês) tem atuado na abertura de linhas de crédito que auxiliam os controladores do mercado a manter a liquidez, no caso de dificuldades (CHESNAIS, 2005).

Via de regra, as transições hegemônicas ocorrem em um ambiente de convulsões sociais e/ou conflitos armados entre potências rivais. Na última vez em que este processo ocorreu em proporções globais – com a Grande Depressão, em 1929 – o centro econômico mundial migrou de Londres para Nova York, sem romper, entretanto, com a sinergia entre capitalismo, industrialismo e militarismo, apesar de um significativo intervencionismo estatal, cujo ápice no território norte-americano ocorreu com o lançamento do New Deal⁷. A consolidação da hegemonia dos Estados Unidos entre os países capitalistas, entretanto, só ocorreu após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Passados cerca de 40 anos da implementação da política desenvolvimentista do governo Roosevelt, os Estados Unidos encontravam-se em dificuldades devido

⁶ A teoria keynesiana, ao entender a economia como cíclica, passou a enfatizar a necessidade da intervenção governamental em momentos de exceção – como em um *crash* –, onde a política fiscal deve substituir a monetária como principal instrumento de regulação econômica, bem como a busca ao *Welfare-State* (Estado de bem-estar social) (KEYNES, 1964).

⁷ O New Deal foi um programa de recuperação econômica implementado nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, durante o governo do presidente Franklin Roosevelt (1933-1945), cujo objetivo era de recuperar e reformar a economia daquele país. Dentre suas medidas, destacam-se o controle sobre bancos e instituições financeiras; a construção de obras de infraestrutura para a geração de empregos e aumento do mercado consumidor; a concessão de subsídios e crédito agrícola a pequenos produtores familiares; a criação de Previdência Social que estipulou um salário mínimo, além de fornecer garantias a idosos, desempregados e inválidos; o controle da corrupção no governo; e o incentivo à criação de sindicatos para aumentar o poder de negociação dos trabalhadores e facilitar a defesa dos novos direitos instituídos. No setor industrial, a principal medida foi a redução da jornada de trabalho (nota do autor).

à iminente derrota da sua incursão militar no Vietnã – que redundou no fim do padrão-ouro e no rompimento definitivo do acordo de Bretton Woods⁸, durante o mandato do presidente Richard Nixon (1969-1974), em 1971 (BRUNHOFF, 2005) – , à instabilidade política desencadeada pela invasão da sede do Comitê Nacional do Partido Democrata, em 1972, por ordem da Casa Branca (no episódio que ficou conhecido como caso Watergate), e ao primeiro choque mundial do petróleo (1973)⁹. Disposto a promover a recuperação econômica de seu país, o então presidente do Fed, Paul Volcker, programou um forte ajuste fiscal que contou, entre suas principais medidas, com um considerável aumento da taxa básica de juros norte-americana, e com moderadas medidas de liberalização e desregulamentação. Já durante o governo do presidente Ronald Reagan (1981-1989), estas medidas se ampliaram com o fim do controle do movimento de capitais com o estrangeiro, abrindo, dessa forma, os sistemas financeiros locais ao exterior. A consequência disto foi o surgimento do denominado sistema mundial de finanças (CHESNAIS, 2005).

O comportamento da economia norte-americana refletia – e em larga escala continua refletindo – um padrão na economia mundial, dado que quem desejasse colocar bônus do Tesouro nos mercados liberalizados, necessitava aceitar as diretrizes do governo dos Estados Unidos, tanto em função da posição do dólar, como pelo tamanho dos seus mercados de obrigações e ações (CHESNAIS, 2005). Assim, na análise de Arrighi (2007), a mudança intensificada a partir da década de 1980, com o recrudescimento de políticas liberais, não pode ser entendida, caso não seja avaliada a tentativa dos Estados Unidos de reverter o quadro de instabilidade de sua hegemonia.

⁸ As conferências de Bretton Woods estabeleceram, em julho de 1944, regras entre os países mais industrializados do mundo, para suas relações comerciais e financeiras. O sistema lá idealizado foi o primeiro, na história mundial, que impôs uma ordem monetária completamente negociada, sendo seu maior objetivo governar as relações monetárias entre países independentes. Deste acordo, nasceram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Intercontinental de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, atual Banco Mundial) (nota do autor).

⁹ Em 1973, os países componentes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), aprovaram uma drástica redução da produção de petróleo. Isto ocorreu como resposta ao apoio dos Estados Unidos e da Europa a Israel, em relação aos conflitos bélicos que este último vinha enfrentado contra a Síria e o Egito, que haviam atacado territórios conquistados pelo Estado hebreu seis anos antes. O apoio norte-americano e europeu não ocorreu pela cessão de tropas, mas pela via política. O preço do barril de petróleo quadruplicou em poucos meses, saltando de US\$ 3 para US\$ 12 (SILVEIRA; RATHMANN, 2007).

Portanto, a intenção deste artigo é apresentar uma análise da crise da hegemonia norte-americana e da globalização, abordando a possibilidade da perda desta condição pelos Estados Unidos, bem como da passagem do centro hegemônico para a Ásia oriental, mais precisamente para China, principalmente devido à lenta recuperação da economia norte-americana. Além disso, será objeto de estudo o fracasso do projeto neoconservador imperial, bem como a tentativa da manutenção da condição hegemônica mundial, tanto pela administração anterior, quanto pela atual equipe da Casa Branca.

A conquista e o abalo da hegemonia norte-americana (1946-1973)

Desde sua independência da Inglaterra, oficialmente decretada em 04 de julho de 1776, até o final da Guerra da Secessão (1861-1865), os Estados Unidos – primeiro estado nacional formado fora do território europeu – caracterizou-se por ser uma nação agroexportadora, cujos principais produtos primários eram o tabaco e o algodão. A partir de 1870, porém, o país realizou o que Fiori (2004, p. 71), classificou como: “... a revolução que criou o mercado nacional americano...”, complementado nas palavras de Braudel (1987, p. 85 apud FIORI, 2004, p. 71), por: “... um espaço econômico coerente, unificado, cujas atividades passaram a se desenvolver em conjunto na mesma direção”.

Mesmo com a industrialização tardia, inspirada na revolução industrial oriunda da sua ex-metrópole, os Estados Unidos ocuparam um papel de vanguarda neste processo, seja pela criação de máquinas inovadoras como o automóvel, seja pela inauguração de grandes conglomerados industriais como a companhia petrolífera Standard Oil Company – de propriedade de John Davison Rockefeller –, bem como pela empregabilidade de novos processos produtivos, como o taylorismo¹⁰ e o fordismo. Segundo Fiori (2004), isto pode ser creditado à tendência expansiva do país, devido a sua inserção geopolítica inicial e pelo fato de haver celebrado um novo arranjo econômico com a Inglaterra após sua independência. Nas palavras do autor:

¹⁰ Criada pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor (1856-1915), o taylorismo se caracterizou por organizar os trabalhadores de forma hierarquizada e sistematizada, fazendo com que cada um desenvolvesse uma atividade específica no sistema produtivo industrial. De forma análoga, Henry Ford (1863-1947), pioneiro da indústria automobilística, desenvolveu um processo industrial baseado na linha de montagem, com o intuito de baixar os custos de produção e permitir o consumo em massa de seus produtos. Esses métodos produtivos industriais foram extremamente importantes para a consolidação da supremacia norte-americana no século XX (nota do autor).

Do ponto de vista econômico ou geopolítico, o ponto decisivo que diferencia a formação da economia americana, durante as primeiras décadas de vida independente, é sua relação complementar, funcional e privilegiada com a economia inglesa, naquele momento, a principal economia capitalista do mundo, em pleno processo de revolução industrial (FIORI, 2004, p. 70).

Durante quase todo o século XIX, os Estados Unidos direcionaram sua ação militar para dentro de seu território, exceto quando foram apoiados pela Inglaterra ou contaram com sua neutralidade. Todavia, isto não impediu que o país celebrasse acordos com outras nações, como o Tratado de Wanghia com a China – que abriu os portos de Canton, Amoy, Foochow, Ningpo e Shangai para os navios norte-americanos – e o tratado com o Japão, de 1854, que permitiu o comércio entre os dois países. Mesmo assim, a economia nacional continuava primário-exportadora e dependente do capital inglês (FIORI, 2004).

A Guerra da Secessão teve um efeito paradoxal, visto que a mesma redistribuiu e ao mesmo tempo centralizou o poder, colocando a nação de “cabeça para cima”, de forma semelhante ao que acontecera na formação e no desenvolvimento dos estados e das economias nacionais europeias. Por isso, a despeito da destruição física e das perdas de vida que causou, a mesma exerceu um papel revolucionário, uma vez que reorganizou o Estado e o capitalismo nacional, sob o ponto de vista monetário, financeiro e creditício. A dívida pública da União se transformou no lastro do sistema bancário e financeiro, fazendo surgir os primeiros financistas norte-americanos, devido à queda do investimento inglês, bem como à multiplicação do número de banqueiros. Formou-se nos Estados Unidos a “memorável aliança”, descrita por Max Weber, entre o estado e o capital financeiro nacional, tal como no século XVII ocorrera na Inglaterra (FIORI, 2004).

A partir daí, os Estados Unidos partiram para a consolidação de sua hegemonia no continente americano. Através da Guerra Hispano-Americana (1898), conquistaram Cuba, Porto Rico, Guam e Filipinas. Depois interviram no Haiti (1902), no Panamá (1903), na República Dominicana (1905) e novamente em Cuba e no Haiti, respectivamente em 1906 e 1912. A política norte-americana frente à maior parte destes territórios além-mar deu-se na forma de protetorados militares e financeiros, com os mesmos mantendo sua soberania interna, porém sem direito à política externa e à execução de políticas econômicas que não estivessem em consonância com as exigências de pagamento de suas dívidas frente aos bancos norte-americanos. Neste momento, os Estados Unidos atingiram a hegemonia na

América, bem como deram o pontapé inicial em sua luta pela hegemonia asiática. Quando do seu ingresso na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em 1917, eram a única potência hegemônica em seu continente, bem como possuíam uma posição privilegiada na Ásia. Iniciavam, assim, sua escalada em busca da hegemonia europeia (FIORI, 2004).

Paradoxalmente, mesmo que a Grande Depressão, em 1929, tenha sido originada no país – devido a uma crise de superprodução, onde havia mais mercadorias que consumidores (oferta maior que a demanda), que ocasionou uma queda nos preços, na produção, nos postos de trabalho e nos lucros, resultando na paralisação da produção industrial, do comércio e na quebra da bolsa de valores –, contribuiu para tornar os Estados Unidos hegemônicos no mundo capitalista, pois o *crash* tomou tamanha proporção que, com exceção de algumas economias fechadas existentes ao redor do globo naquela época, como a União Soviética, arrasou toda a economia mundial. Entretanto, através de políticas intervencionistas, como o já citado New Deal e a busca ao *Welfare State*, a partir da aplicação da teoria keynesiana¹¹, os Estados Unidos foram uma das primeiras nações no mundo a se recuperar da crise – cerca de dez anos depois de seu início, em 1939, as portas da Segunda Guerra Mundial (SILVEIRA, 2006).

Com a rendição do Japão – último país do eixo a desistir da guerra, em agosto de 1945, após as bombas atômicas lançadas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki – encerrou-se o conflito mundial, e os bancos norte-americanos tornaram-se os principais credores dos países europeus que participaram do confronto¹². Dessa forma, além de deixar de ser uma nação devedora, os Estados Unidos passaram a exercer uma forte influência sobre as demais grandes potências ocidentais, uma vez que a história registrava o início de uma nova realidade chamada de Guerra Fria, que dividiu o globo em duas ideologias predominantes: o capitalismo – sob a liderança norte-americana – e o socialismo – capitaneada pela União Soviética. Devido à falta de condições da França e da Inglaterra de competirem com os norte-americanos, os mesmos impuseram sua hegemonia no oeste europeu, último degrau para a conquista do poder dentro do mundo capitalista. Dado o caráter fechado do regime soviético, pode-se atribuir aos Estados Unidos o papel de hegemonia mundial (FIORI, 2004).

¹¹ Apresentada na nota número 4.

¹² Isto pode ser creditado a alguns fatores, como o fato dos Estados Unidos não fazerem parte do continente europeu, bem como sua entrada tardia na guerra, apenas em dezembro de 1941 (nota do autor).

Em diversas ocasiões, a Guerra Fria deixou o campo político e ingressou no conflito armado, como no episódio que ficou conhecido como invasão da Baía dos Porcos¹³, em 1961. Porém, em nenhum outro momento da história isto ficou tão claro, como durante a Guerra do Vietnã (1959-1975), que colocou frente a frente o Vietnã do Sul – capitalista, apoiado pelos Estados Unidos, que se envolveu diretamente no confronto, através do envio de tropas entre 1964 e 1972 – e o Vietnã do Norte – que além do apoio logístico e econômico da União Soviética, que ao contrário dos norte-americanos não participaram diretamente no *front*, contou com a colaboração, entre diversas pequenas milícias, da sul-vietnamita **Frente Nacional para a Libertação do Vietnã** (FNL), conhecida como Vietcong. Caracterizada como uma guerrilha, por ter ocorrido predominantemente na selva, a guerra do Vietnã estendeu-se para os dois outros países da Indochina, Laos e Camboja, e acabou com a vitória do Vietnã do Norte, em 1975 (SOUZA, 1980).

Esta derrota, além dos problemas econômicos causados à economia norte-americana, como um considerável déficit fiscal, criou a chamada “síndrome do Vietnã”, com reflexos na Indochina, na África e na América Central, culminando com uma, até então improvável, aliança com a China de Mao Tsé-Tung (1943-1976). A perda da guerra, aliada à ascensão econômica da Alemanha e do Japão, do avanço tecnológico-militar da União Soviética, bem como sua invasão ao Afeganistão, em 1979, além da revolução islâmica no Irã, responsável pelo Segundo Choque Mundial do Petróleo, também em 1979, colocou a condição hegemônica do país em xeque (ARRIGHI, 2007; FIORI, 2004). Porém, além destes fatores, se a questão for analisada no longo prazo, na opinião de Fiori (2004, p.80): “... a crise dos 70 foi produto da compulsão expansiva e da tendência destrutiva das potências hegemônicas na busca do poder global”.

A questão para os Estados Unidos era o que fazer para manter a posição hegemônica no mundo e, se possível, ampliá-la através de um projeto neoconservador imperial. Depois da queda do presidente Nixon devido ao escândalo de Watergate, em 1974, da rápida passagem de Gerald Ford pela presidência (1974-1977), e da não reeleição do presidente Carter (1977-1981) devido ao fracasso de seu

¹³ A Baía dos Porcos, localizada em Cuba, foi palco da tentativa de invasão mal sucedida de cerca de 1.200 exilados cubanos, ligados ao regime de Fulgêncio Batista (1940-1944 e 1952-1959), apoiados pelo governo norte-americano, que tinham como objetivo derrubar o incipiente governo socialista de Fidel Castro, bem como assassiná-lo. O conflito durou apenas três dias resultando na vitória das tropas de Fidel (nota do autor).

governo na condução da política externa, a oportunidade surgiu com a posse do republicano Ronald Reagen e sua revolução conservadora¹⁴.

A retomada, a tentativa imperialista e a nova crise da hegemonia norte-americana (1980-2008)

Na tentativa de reafirmar sua condição hegemônica, após a implementação da política de ajuste fiscal do final da década de 1970¹⁵ – que lograva recuperar a economia após o fim do sistema monetário internacional celebrado em Bretton Woods¹⁶ e do Primeiro Choque Mundial do Petróleo (1973) – iniciou-se um novo período de propagação de ideais liberais, em consonância com as políticas inglesas em curso, implantadas pela primeira-ministra britânica Margaret Thatcher (1979-1990), a partir da eleição do presidente Ronald Reagen. Nesse momento, segundo Chesnais (2005, p. 40):

Nos Estados Unidos e no Reino Unido foram reunidos, pela primeira vez, as condições políticas e sociais que permitiram aos investidores institucionais aproveitar uma política monetária favorável aos interesses dos credores e se beneficiar da liberalização e da desregulamentação das operações de aplicação e do movimento dos capitais.

A partir daí, sob a direção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD) e sob pressão dos Estados Unidos, os demais países capitalistas, industrializados ou em desenvolvimento, passaram a liberar e desregular suas economias.

Com a hegemonia do mundo capitalista novamente consolidada, onde a crença na desregulação dos mercados financeiros passou a ser o *mainstream* dominante (celebrando o fim da chamada “Síntese Neoclássica”), bem como a

¹⁴ Ver nota número 1.

¹⁵ Segundo Fiori (2004, p. 92): “... a chamada ‘crise do dólar’ não foi um acidente nem uma surpresa, nem muito menos uma derrota; foi um objetivo buscado de forma consciente e estratégica pela política econômica internacional do governo norte-americano”. Para sustentar seus argumentos, cita o Relatório Econômico Presidencial ao Congresso Americano, de 1973, em que o então presidente Richard Nixon defendeu o livre movimento de capitais, como forma de promoção de corretas políticas econômicas, bem como a desvalorização do dólar, pois buscava a expansão do capital norte-americano e o crescimento da autonomia norte-americana em sua política interna.

¹⁶ Ver nota número 6.

diminuição do foco de tensão com o leste europeu, através da abertura de um canal de diálogo com os soviéticos, os Estados Unidos retomaram seu projeto imperialista, principalmente após a queda do Muro de Berlim¹⁷, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1992. Neste momento, os norte-americanos tinham acordos militares com 130 dos 194 países do mundo e cerca de 300 mil soldados em terras estrangeiras, além de controlarem todos os oceanos. Este foi o ápice do movimento iniciado com a posse do presidente Nixon, definido por Fiori (2004, p. 93-94), como:

[...] o sistema mundial (...) se movendo na direção de uma nova ordem mundial com características mais imperiais do que hegemônicas (...) sem limites militares e sem colônias, que se apóia apenas no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global, mas não suprime os estados nacionais.

Todavia, já durante o mandato de George Bush Senior (1989-1993), a economia do país começou a dar sinais de desaceleração. Aliando este problema, com a já mencionada “síndrome do Vietnã”, sob a alegação de defender o Kuwait, invadido pelo Iraque de Saddam Hussein em agosto de 1990, os Estados Unidos lideraram um grupo de 29 países e deram início à chamada Guerra do Golfo (1991), cuja ação militar durou pouco mais de dois meses. Decidido a não invadir Bagdá, o presidente Bush Senior declarou cessar fogo e proclamou seu país vencedor do conflito, o que a veio a ser a primeira vitória norte-americana em um confronto externo declarado, após a Guerra do Vietnã (FIORI, 2004).

Com a posse do novo presidente, o democrata Bill Clinton (1993-2001), a nação voltou a apresentar significativo crescimento econômico e diminuição do déficit fiscal, porém dentro de um processo conhecido como bolha especulativa, que mais tarde se revelaria nocivo, a partir dos contratos *subprime* do setor imobiliário. Porém, mesmo gozando de um cenário econômico positivo, a administração Clinton enfrentou momentos de turbulência, seja pela falta de decoro

¹⁷ O Muro de Berlim dividia a Alemanha em duas entidades estatais: a República Federal da Alemanha (RFA) e a República Democrática Alemã (RDA). Além disso, simbolizava a divisão do mundo em dois blocos: o dos países capitalistas, encabeçados pelos Estados Unidos, e o dos países socialistas, sob o domínio do regime soviético. Erguido em agosto de 1961, provocou a morte de pelo menos 80 pessoas, bem como ferimentos em 112, além de milhares de prisões, pela tentativa de cruzar do lado oriental para o ocidental. A queda do Muro de Berlim ocorreu no dia 09 de novembro de 1989, no ato que marcou o início da reunificação da Alemanha, bem como o fim da Guerra Fria (nota do autor).

do presidente – envolvido em escândalos sexuais, como nos casos Paula Jones e Monica Lewinsky, que quase o levaram a perder o mandato – ou por problemas na política externa, como nos atentados às embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, em 1998, e no primeiro atentado ao World Trade Center, em Nova York, em 1993.

A imagem que a “Era Clinton” deixou ao mundo foi de um governo que acreditou e incentivou o “poder pacífico dos mercados”, o desenvolvimento econômico globalizado, e a parceria em busca da paz universal. Porém, Fiori (2004) diverge desta análise, ao citar que durante os oito anos de mandato, esta administração manteve “um ativismo militar sem precedentes” ao redor do globo, a despeito de sua proposta de convivência pacífica pelo mercado. Entre 1993 e 2001, os Estados Unidos realizaram 48 intervenções militares (durante todo o período da Guerra Fria foram 16), como nos ataques à Somália (1992-1993), Bósnia-Herzegovina (1995), Sudão (1998), Kosovo (1999) e Iraque (1993-2003). Isto demonstra como o projeto imperialista norte-americano não foi engessado pela alternância de poder, independente do partido político a qual pertencesse o presidente da nação.

Em 2001, ano da conturbada eleição do republicano George W. Bush (2001-2009), em que o candidato derrotado, o ex-vice-presidente Albert Gore (1993-2001), recebeu o maior número de votos populares, porém não foi eleito devido à confusa fórmula de eleição presidencial do país, ocorreu um divisor de águas na história recente norte-americana, mais grave ainda que o ataque japonês a Pearl Harbour, em 1941, que levou os Estados Unidos a entrar na Segunda Guerra Mundial. Tal episódio ficou conhecido pela data em que ocorreu, ou seja, 11 de setembro¹⁸.

A resposta norte-americana não tardou. Utilizando os ataques às torres gêmeas como pretexto, a administração W. Bush promoveu pesadas incursões militares tanto no Afeganistão – país governado até 2001 sob um regime medieval, chamado Talibã, que se suspeitava abrigar o terrorista Osama Bin Laden, número um da rede terrorista Al-Qaeda – como no Iraque – neste caso, sob a alegação do país estar produzindo armas químicas, algo que até hoje não foi provado. Na verdade,

¹⁸ No dia 11 de setembro de 2001, quatro aviões comerciais norte-americanos foram sequestrados por membros da rede terrorista Al-Qaeda, sendo dois deles lançados contra as torres gêmeas do World Trade Center – centro financeiro mundial – e um contra o Pentágono. O quarto avião seria lançado contra o Capitólio, porém acabou sendo derrubado pelos próprios passageiros ao enfrentarem os sequestradores. No total, os atentados vitimaram 3.234 pessoas, além de deixar 24 desaparecidos (nota do autor).

a opinião pública advertiu que o principal objetivo da Guerra do Iraque não era conter as “armas de destruição em massa”, nem a conexão de Bagdá com a Al-Qaeda, mas sim pôr em prática uma política de dominação imperialista, pois o Iraque, até então o segundo maior produtor de petróleo do mundo, situa-se em uma posição estratégica na Eurásia (ARRIGHI, 2007).

As duas nações árabes, logo após o desembarque das tropas norte-americanas, passaram por troca de poder, com os governantes recém-conduzidos em sintonia com os Estados Unidos. No Afeganistão, boa parte da população pareceu aceitar a presença das tropas estrangeiras em seu território, tendo sido registrados conflitos pontuais contra a resistência apoiadora do antigo regime. Todavia, a ocorrência de tais conflitos vem aumentando, o que levou o atual presidente norte-americano, Barack Obama, a enviar um contingente maior de soldados a este país asiático, para se juntar aos que lá já se encontravam.

Em relação ao Iraque, a situação foi mais complicada. Mesmo tendo declarado o fim do conflito, meses após o seu início, e atribuindo ao seu país a vitória no confronto, posteriormente, o então presidente W. Bush teve de admitir que tal atitude foi precipitada. Os conflitos continuam ocorrendo até os dias de hoje – mesmo após a captura e a morte do presidente iraquiano Saddam Hussein, em 2003 e 2006, respectivamente – o que já custou a vida de mais de quatro mil soldados americanos. Tal situação, aliada a lenta recuperação econômica dos Estados Unidos desde a eclosão da crise no último trimestre de 2008, que já havia deteriorado o índice de popularidade da administração W. Bush, levando-o a ser considerado pela opinião pública como o pior presidente norte-americano de todos os tempos, superando em rejeição Herbert Hoover (1929-1933), presidente norte-americano durante a Grande Depressão de 1929, ameaça agora o sucesso do governo Obama.

Os Estados Unidos tentaram reproduzir no Iraque o padrão do Vietnã, porém com armas e equipamentos de última geração, que superam muito o armamento inimigo. Mesmo alegando legitimidade jurídica na ocupação iraquiana, a oposição interna à mesma chegou a tal ponto, que a administração W. Bush pode ser assim resumida no pensamento de Friedman (2004 apud ARRIGHI, 2007, p. 186-187):

Corremos o risco de perder mais do que a guerra no Iraque. Corremos o risco de perder a América como um instrumento de autoridade moral e de inspiração no mundo. Nunca havia ocorrido na minha vida, um período onde a América e seu presidente fossem mais odiados no mundo todo do que hoje.

Apesar de diferenciar-se de seu antecessor, Bill Clinton, ao menos no discurso, ao explicitar o uso da força e classificar os inimigos como internos e externos, justificando assim a intervenção militar e preventiva em qualquer parte do mundo, W. Bush permaneceu alinhado ao *status quo* econômico, ao defender explicitamente a continuidade da abertura – porém não sem alterar o quadro protecionista dos Estados Unidos em relação ao subsídio agrícola e a salvaguarda do aço – e desregulação dos mercados, fatores que multiplicaram a velocidade do processo de globalização, sobretudo dos mercados financeiros, tendo o dólar como moeda universal. Antes da explosão da crise econômica mundial, o capital financeiro norte-americano tornou-se quase um “império financeiro global” (FIORI, 2004). Contraditoriamente, porém, durante o acirramento da citada crise econômica, em seu último ano de mandato, W. Bush aceitou passivamente a intervenção do Fed na economia do país, pois, de forma mais contraditória ainda, revelou que tal intervenção era necessária para a defesa do liberalismo.

Dentro desse contexto de equívocos e contradições, o governo George W. Bush elaborou um projeto de sustentação da hegemonia norte-americana que ambicionava domínios imperialistas, seja no campo político, seja no campo econômico¹⁹. Primeiro a ideia era instalar um regime amigável no Iraque. Depois estendê-lo ao Irã, para consolidar sua presença na Ásia Central e dominar as reservas de petróleo na bacia do mar Cáspio. Imaginava que assim manteria o controle da economia global, ao menos, pelos próximos 50 anos (novo imperialismo) (ARRIGHI, 2007).

Segundo Arrighi (2007), no entanto, se a atual crise da hegemonia norte-americana se revelar terminal, a aventura no Iraque poderá representar o último ato do primeiro e único século norte-americano, o “longo século XX”.

Uma nova hegemonia mundial (2009)?

A *Belle Époque* norte-americana da década de 1990 pode ser atribuída a duas condições: a capacidade de desempenhar as funções de mercado mundial e de poder militar, e a capacidade de mobilizar o resto do mundo – com destaque ao

¹⁹ Segundo Brunhoff (2005, p. 78): “... o dólar permaneceu a moeda dominante até o fim dos anos 90 e continua sendo, ainda hoje, tanto nos mercados financeiros internacionais quanto na gestão internacional das taxas de câmbio e nas instituições oficiais internacionais”.

Japão e a China – para financiar essas duas funções²⁰. Juntas, as referidas capacidades formam o chamado círculo virtuoso (ARRIGHI, 2007). Entretanto, isto não elimina o fato que as intervenções militares norte-americanas não expandiram a democracia nem tampouco o livre mercado pois, apesar da conquista territorial, os Estados Unidos não conseguiram realizar a reconstrução das nações derrotadas e sua reinserção no contexto global (FIORI, 2004).

Se por um lado a compra de títulos norte-americanos²¹ pelo governo chinês²² pode ser vista pelas autoridades locais como positiva, pois financia o déficit fiscal, ao mesmo tempo é motivo de preocupação, dada a ascensão do país asiático – até recentemente uma das economias mais fechadas do mundo – no cenário internacional, aliada à perda de competitividade dos produtos dos Estados Unidos, devido à negativa chinesa de abandonar o regime de câmbio fixo e desvalorizado do iuane em relação ao dólar, o que favorece artificialmente suas exportações, ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção do déficit comercial norte-americano, além da contínua desvalorização do dólar frente a moedas como o euro e o iene japonês (ARRIGHI, 2007; BRUNHOFF, 2005).

Sendo os Estados Unidos o líder do mundo devedor, tendo sua moeda apresentado uma considerável desvalorização nos últimos anos – a despeito de alguma recuperação no último trimestre de 2008, com o acirramento da crise, dado seu caráter de *hedge* global – diversos países estudam passar (como no caso chinês) a diversificar suas reservas cambiais, compondo-as, além de dólares, com euros e ienes. Por tudo isto, a cooperação e a interação com os chineses tornaram-se uma necessidade (ARRIGHI, 2007).

Uma vez que a China apresentou em 2009 o maior PIB do planeta, com crescimento real de 8,7%, a mesma pode ser considerada como alternativa ao posto de liderança mundial. Porém, segundo Harvey (2004), para que isto realmente se

²⁰ Devido ao elevado nível de financiamento público norte-americano por parte dos europeus e asiáticos, gerou-se uma grande influência da China e do Japão nos Estados Unidos, principalmente pela participação destes países no tesouro norte-americano. No ano de 2006, cerca de US\$ 664 bilhões do tesouro eram oriundos do Japão, US\$ 339 bilhões da China e US\$ 300 bilhões da Inglaterra, da Alemanha e do Canadá (ARRIGHI, 2007).

²¹ A globalização do capitalismo foi obra de estados e economias nacionais (principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra) que tentaram impor às demais nações sua moeda, sua dívida pública e seu sistema de tributação, fixando-se como lastro de um sistema monetário internacional (FIORI, 2004).

²² A exemplo de muitos países asiáticos seguidores do capitalismo, a China aplica seus excedentes em dólares, em títulos do tesouro norte-americano (BRUNHOFF, 2005).

efetive, o país vermelho terá de superar alguns entraves, como melhorar a alocação de sua população de mais de 1,3 bilhão de habitantes – dado que o capitalismo necessita da produção de espaço como condição para sua consolidação como sistema social histórico –, bem como resolver seu problema de deficiência em infraestrutura (portos, estradas, aeroportos, hospitais e escolas), e de bens de capital (navios, caminhões e aviões), além de mudanças estruturais, como o fim de privilégios monopolísticos e de barreiras à entrada de capital.

Como forma de enfrentar a atual turbulência econômica, surge a opção de empregar um processo em que os capitalistas individuais podem auferir excesso de lucros não somente pela adoção de tecnologias superiores, mas também pela busca de locações superiores. Harvey (2004) foca a China como a mais promissora nação para exercer este papel, tanto pela possibilidade de atração de Investimento Estrangeiro Direto (IED) – a despeito de sua queda em 2009, em termos globais –, como pelo seu mercado interno, apesar da já referida deficiência em infraestrutura.

Se tal situação vier a se confirmar, qual seja, da China passar a condição de líder mundial, haverá uma mudança no *mainstream* dominante, pois a mesma exercerá uma hegemonia ancorada em uma economia de mercado com supervisão do Estado, ou seja, com regulação.

Considerações finais

Desde a década de 1980, durante o mandato do presidente Reagen, o processo de ampliação da abertura econômica norte-americano, chamado revolução conservadora – logo estendido a diversos países capitalistas, tanto industriais como em desenvolvimento –, ao mesmo tempo propunha uma maior centralização de poder político e militar. Isto permitiu diversas incursões dos Estados Unidos em várias nações ao redor do globo, como as 48 intervenções militares externas do governo Clinton e as invasões ao Afeganistão e ao Iraque no governo W. Bush, contra 16 durante todo o período da Guerra Fria.

Com o fim da União Soviética, os Estados Unidos se tornaram a única potência hegemônica mundial e puderam por em prática seu plano imperialista, cujo auge foi a proposta de criação de acordos de cooperação com outros países. Todavia, tais acordos eram amplamente favoráveis aos norte-americanos, como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), junto ao Canadá e ao México (este aprovado e em curso), e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que derrubaria as barreiras de comércio entre os países do continente

americano, porém mantendo o subsídio agrícola e a salvaguarda do aço praticados pelo governo local, tanto por questões econômicas, como por razões políticas (leiam-se eleitorais). Em tese, a ALCA proporcionaria maiores vantagens às negociações firmadas entre seus estados membros, se comparadas às realizadas por algum de seus sócios com a União Europeia²³. O acordo de livre comércio, cuja origem remete ao período de George Bush Sênior, passando pelo mandato do presidente Bill Clinton, foi proposto e rejeitado durante o governo George W. Bush, o que fez com que o referido governo discutisse acordos individuais com diversos países do continente, como o Chile e a Colômbia. A ideia era trazer a ALCA de volta à pauta, ainda durante o mandato de W. Bush. Porém, esta pretensão foi adiada devido à crise econômica mundial.

Fatores como os descritos acima fazem com que em suas análises, Arrighi (2007) e Fiori (2004) tomem posições distintas em relação ao atual momento global. O primeiro enxerga uma crise da hegemonia norte-americana que pode se tornar terminal, pois a despeito de haver aumentado sua vantagem militar sobre seus concorrentes, desde o final da Guerra Fria, o país se fragilizou como potência hegemônica devido aos seus déficits gêmeos fiscal e comercial, à contrariedade da opinião pública sobre sua presença no Iraque e a seu endividamento externo principalmente com as principais nações asiáticas, sendo a China o país no mundo com mais condições de sucedê-lo, sobretudo devido ao seu histórico de práticas econômicas e sociais não capitalistas.

Fiori (2004), apesar de não discordar de Arrighi (2007) sobre as dificuldades nos campos político e econômico que os Estados Unidos vêm enfrentando, não crê que isto seja parte de uma crise terminal, tampouco que o dólar perca a condição de padrão monetário do mundo e que a China possa suceder os norte-americanos no papel de hegemonia global. Afirma, porém, ser pouco provável que os Estados Unidos consigam impor ao mundo seu projeto imperialista mundial (apesar do autor não haver citado, a rejeição à ALCA pode ser tomada como exemplo disto).

Seguindo na mesma linha de Fiori (2004), Brunhoff (2005) também não entende ser possível, ao menos no curto e médio prazo, uma passagem de bastão

²³ Criada em 1992, a União Europeia caracteriza-se por ser uma organização internacional, constituída atualmente por 27 países, que promoveu uma união aduaneira entre estas nações, chamada Mercado Comum Europeu, além de haver proposto a adoção de uma moeda única (o euro), tomado como padrão monetário por 16 dos seus atuais estados membros (nota do autor).

entre os Estados Unidos e a China, pois, segundo ela, até mesmo a ideia de moeda regional fracassou na Ásia, apesar disto ter ocorrido mais por razões políticas que econômicas. Mesmo que as economias da região consigam efetuar um número considerável de transações, existe um problema de soberania monetária entre as duas mais importantes potências da região: o Japão e a China. Enquanto a moeda do primeiro, o iene, remete às más lembranças do período do imperialismo japonês – sobretudo entre 1930 e 1945 –, o problema do iuane chinês é o medo do expansionismo do país vermelho.

A nova relação entre os Estados Unidos e a China, celebrada na década de 1970 e reafirmada desde os anos 1990, é complementar e competitiva ao mesmo tempo, bem como econômica e militar. Segundo Fiori (2004), é inevitável que o país asiático reivindique a hegemonia de seu continente, dado o momento delicado em que atravessam as economias globais. Nesse particular, em especial a do Japão – mesmo com a observação pertinente da professora Brunhoff (2005) exposta anteriormente. Da mesma forma, acredita que em algum momento os Estados Unidos terão de bloquear o movimento expansivo chinês para fora de suas fronteiras, quando este movimento deixar de ser apenas econômico e assumir a forma de domínios imperiais.

Todavia, mesmo que este imperialismo seja apenas regional, ou seja, limitado ao continente asiático, será muito difícil os Estados Unidos o conterem. Primeiro, pelo aspecto militar – onde as relações bilaterais entre os dois países encontram-se um tanto atribuladas, devido à reprovação de Washington ao desenvolvimento militar chinês nas áreas nuclear, espacial e cibernética, pois, de acordo com o Pentágono representam uma ameaça ao equilíbrio regional do continente asiático. Depois, pelo aspecto econômico, dado que a China possui reservas internacionais de cerca de dois trilhões e meio de dólares, e os Estados Unidos experimentam, desde a eclosão da crise, uma política de concessão de crédito público somente comparável ao intervencionismo anticíclico, implementado como resposta à Grande Depressão. Por último, devido à tensão e ameaça de conflito militar entre as duas Coreias.

Em suma, mesmo com os reflexos da crise econômica ainda em propagação, na opinião dos autores mencionados neste estudo, a exceção de Arrighi (2007), a China, que poderia ocupar o posto de nova hegemonia mundial, não o fará, pois a mesma opera em um contexto de câmbio fixo e subvalorizado em relação à moeda norte-americana, o que, sob a ótica do *mainstream* dominante, representa uma

concorrência desleal. Além disso, apesar de sua abertura sob o ponto de vista econômico, no aspecto político o país continua fechado.

Dessa forma, conclui-se que a recessão global ainda vigente não representará o fim do capitalismo – apesar de algumas modificações, como um maior grau de regulação e o fim de alguns preceitos neoclássicos, como a moeda sendo neutra e a economia auto-equilibrante e autorreguladora –, tampouco ocorrerá a substituição dos Estados Unidos como hegemonia mundial e o dólar como padrão monetário global.

Recebido em Abril de 2011.
Aprovado em Maio de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing. Lineages of the Twenty-First Century**. London, 2007.

BRUNHOFF, Suzanne. A Instabilidade Monetária Internacional. In: CHESNAIS, François (org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas configuração, conseqüências**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

CADERNO DE ECONOMIA. **Editora Abril**. Disponível em < <http://www.abril.com.br/noticias/economia/ibge-brics-brasil-so-superou-russia-2009-539697.shtml>>. Acesso em 15 dez. 2010.

CHESNAIS, François. O Capital Portador de Juros: Acumulação, Internacionalização, Efeitos Econômicos e Políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas configuração, conseqüências**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

FIORI, José. L. O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites, in: J. L. FIORI (Org.), **O Poder Americano**, Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

IPEADATA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 23 mar 2009.

KEYNES, John. M. (1936) **A Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, set. 1964.

SILVEIRA, Stefano J. C.; RATHMANN, Régis. Uma Breve Análise do PAC tendo como Base a Retrospectiva dos Planos Econômicos dos Governos Militares no Brasil entre 1964 e 1985. **Estudos do CEPE (UNISC)**, v. 25, p. 1-22, 2007.

SILVEIRA, Stefano J. C. Externalidades Negativas: as Abordagens Neoclássica e Institucionalista, **Revista da FAE**, ano 9, n. 2. p. 39-49, jul. 2006.

SOUZA, Osvaldo. **História Geral**. São Paulo: Ed. Ática, 1980.